

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.299	24.062
Adiantamentos - partes relacionadas	5	45.978	-
Ativo financeiro	6	90.838	-
Outros créditos		551	529
Total do ativo circulante		149.666	154.591
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - caixa restrito	7	1.962	1.734
Adiantamentos - partes relacionadas	5	-	239.665
Ativo financeiro	6	3.153.376	2.424.248
Impostos a recuperar		6.801	5.971
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.b	-	184
Total do realizável a longo prazo		3.162.139	2.671.800
Imobilizado		1.016	1.021
Total do ativo não circulante		3.163.155	2.672.821
Total do ativo		3.312.821	2.697.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	7	2.355	8.781
Financiamentos	7	33.718	183
Partes relacionadas	5	2.029	379
Salários e encargos sociais a recolher		1.970	2.046
Dividendos propostos	8	23.479	-
Impostos e contribuições a recolher		1.016	2.574
Total do passivo circulante		64.567	13.963
Não circulante			
Financiamentos	7	2.644.681	2.275.719
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.b	50.936	-
Tributos diferidos	13	35.859	17.506
Total do passivo não circulante		2.731.276	2.293.225
Patrimônio líquido			
Capital social	8	441.600	390.600
Reserva de lucros	8	75.378	-
Prejuízos acumulados		-	(376)
Total do patrimônio líquido		516.978	390.224
Total do passivo		2.795.843	2.307.188
Total do passivo e patrimônio líquido		3.312.821	2.697.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota explicativa	2017	2016
Receita líquida de serviços	9	760.823	1.331.238
Custo dos serviços prestados	10	(402.148)	(1.098.728)
Lucro bruto		358.675	232.510
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas			(7.265)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		350.948	225.245
Receitas financeiras	11	2.204	3.931
Despesas financeiras	11	(202.799)	(176.477)
Resultado financeiro		150.353	(172.546)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		150.353	52.699
Imposto de renda e contribuição social	12.a	(15.120)	(17.920)
Lucro líquido do período		99.233	34.779
Lucro por ação			
Básico por ação em - R\$	8	0,2135	0,0938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
	2017	2016	
Lucro líquido do exercício	99.233	34.779	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	99.233	34.779	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)			
	2017	2016	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	150.353	52.699	
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação	5	6	
Juros e amortizações de custos de financiamentos	202.660	176.427	
Juros e variações monetárias	(2)	21	
Receita de aplicações financeiras	(128)	(167)	
Receita de atualização do ativo financeiro	(363.123)	(208.210)	
Tributos diferidos	18.153	13.146	
(Aumento) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	(830)	(1.188)	
Adiantamentos - partes relacionadas	(225.646)	(715.846)	
Outros créditos	(22)	(11)	
Ativo financeiro	(37.512)	(87.835)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(6.426)	371	
Salários e encargos sociais a recolher	(76)	(315)	
Impostos e contribuições a recolher	(1.558)	(312)	
Partes relacionadas	1.652	(700)	
Juros pagos	(262.500)	(771.290)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(269.911)	(776.737)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira	(100)	(400)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(100)	(400)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	51.000	105.600	
Captações de financiamentos	207.248	664.448	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	258.248	770.048	
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(11.763)	(7.059)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.062	31.151	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.299	24.062	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2017	2016
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Aumento de capital		285.000	-
Lucro líquido do exercício		120.600	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		405.600	(15.000)
Aumento de capital	8	36.000	15.000
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinações:			
Reserva legal	8	-	(4.943)
Dividendos mínimos propostos	8	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	8	-	70.435
Saldos em 31 de dezembro de 2017		441.600	4.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas As Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional
O Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, foi constituída em 3 de julho de 2013, tendo por objeto social a prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do Sistema Produtor São Lourenço ("Empreendimento"), inclusive, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial das unidades e dos sistemas do Empreendimento, bem como a execução de obras pertinentes ao Empreendimento. Os negócios da Companhia são geridos em conformidade com as disposições do edital de concessão e com as condições e especificações do contrato de parceria público-privada ("Contrato PPP"), celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Poder Concedente"). O cronograma do projeto prevê uma fase de obra com prazo máximo de 52 meses, com valor total de investimento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, e uma fase de exploração pelo prazo restante de 248 meses. Conforme previsto em cláusulas contratuais, o contrato obteve eficácia a partir de 10 de abril de 2014, com o cumprimento das exigências estabelecidas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

3. Sumário das principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis adotadas pela companhia, as quais estão listadas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

3.1 Receita operacional
Receita operacional proveniente de contratos de concessão: reconhecidas de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, que determinam a utilização de modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a receita é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado na construção da infraestrutura). As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

A Companhia reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para ela. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(a) Receita de construção, incorrida na fase de desenvolvimento da infraestrutura e apenas relacionada com as construções da infraestrutura. A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11), e mensurada com base nos seus valores justos. O concessionário estima que o valor justo de sua contraprestação recebida seja o custo de construção previsto mais a margem em função sobre os custos de desenvolvimento da infraestrutura que são reconhecidos à medida que são incorridos.

(b) Receita de atualização do ativo financeiro, reconhecida levando em consideração o método da taxa efetiva de juros e auferida até o fim do período da concessão (direito de concessão da SABESP).

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa
Consistem de fundos de caixa, recursos em contas correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias ou menos ou com compromissos de recompra, prontamente convertíveis em caixa com riscos insignificantes de mudança de valor.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração
A classificação dos ativos financeiros é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificado na seguinte categoria:

(a) Empréstimos e recebíveis: representam caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e ativo financeiro a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo que são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração
Os passivos financeiros são classificados como:

(a) Outros passivos financeiros não derivativos: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

3.5 Impostos diferidos
São reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e sobre o saldo de prejuízos fiscais.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é baseada no plano de negócios e, quando não for mais provável que os tributos futuros serão propiciados a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, prevista na legislação tributária vigente, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.6 Provisões
As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação.

3.7 Capital social
Ações ordinárias são classificadas como capital social no patrimônio líquido. Cada ação ordinária nominativa da Companhia confere ao titular direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia.

3.8 Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros e atualizações monetárias resultantes de aplicações financeiras, usando o método de taxa efetiva de juros. As despesas financeiras referem-se a juros e atualizações monetárias decorrentes de financiamentos usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, reconhecidas pelo regime de competência por rata temporis.

3.9 Mensuração a valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado no valor justo de um ativo ou um passivo. A Companhia usa duas observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia (Nível 1 ao 3) baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. A Companhia possui seus instrumentos financeiros classificados no Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota 14 - Instrumentos financeiros.
(i) Mensuração do valor justo
Uma série de divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia (Nível 1 ao 3) baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. A Companhia possui seus instrumentos financeiros classificados no Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota 14 - Instrumentos financeiros.
(ii) Reserva de retenção de lucros
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Reserva de retenção de lucros
É destinada para a realização de investimentos e/ou distribuição de dividendos acumulados.

Dividendos
O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos propostos foram calculados conforme segue:

	2017	2016
Resultado do período	99.233	(376)
(-) Absorção do prejuízo acumulado	-	(4.943)
(-) Reserva legal (5%)	(23.479)	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	75.754	33.914
Dividendos propostos	23.479	23.479

Lucro por ação
Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício com os montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

Impacto estimado da adoção do CPC 48/IFRS 9 e CPC 47/IFRS 15			
Pronunciamento	Descrição	Vigência	
CPC 47/IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	(a)	
CPC 48/IFRS 9	Instrumentos Financeiros	(a)	
(a)	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Com relação à entrada em vigor das normas do IFRS 15 a partir de 2018, a companhia, após análise das normas e das condições contratuais firmadas com a Sabesp no contrato de concessão, concluiu que não haverá alteração na metodologia de reconhecimento das receitas de construção e das receitas de operação. Com relação à entrada em vigor das normas do IFRS 9 a partir de 2018, a companhia, após análise, concluiu que não haverá alteração na forma de reconhecimento da receita de atualização de seu ativo financeiro e em divulgações.		

Outras alterações
• IFRS 16 Leases (Arrendamentos)
• Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28
• Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
• Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28/IAS 40)
• Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu investidor em conjunto.

• IFRIC 21/IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
• IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	2017	2016
Caixa e bancos	74	119
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	12.225	23.943
Total	12.299	24.062

Em 2017 o CDB apresentou rentabilidade média de 97,5% (99,8% em 2016) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	2017	2016
Caixa e bancos	74	119
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	12.225	23.943
Total	12.299	24.062

Em 2017 o CDB apresentou rentabilidade média de 97,5% (99,8% em 2016) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	2017	2016
Caixa e bancos	74	119
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	12.225	23.943
Total	12.299	24.062

Em 2017 o CDB apresentou rentabilidade média de 97,5% (99,8% em 2016) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	2017	2016
Caixa e bancos	74	119
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	12.225	23.943
Total	12.299	24.062

Em 2017 o CDB apresentou rentabilidade média de 97,5% (99,8% em 2016) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	2017	2016
Caixa e bancos	74	119

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Sistema Produtor São Lourenço S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Produtor São Lourenço S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8